

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2 DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2001, NO
3 AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO
4 PENA, 2.336 14º ANDAR.

5 Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e um, realizou-se a reunião ordinária do
6 Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, a presidente do Conselho Municipal
7 de Saúde, Anadil Benedita Ruhnau, iniciou a reunião fazendo a leitura de pauta: 1 -
8 Informes gerais; 2 - Votação das propostas de atas das reuniões do CMS/BH dos dias
9 21/06 e 05/07/2001; 3 - Órtese e Prótese ; 4 - Pronto Socorro Venda Nova - Dr^a
10 Sandra Gea; 5 - Informes da SMSA; 6 - Assuntos gerais: Comissão Organizadora da
11 Conferência de Saúde Mental; BH-VIDA; Calendário de discussão com os conselhos
12 distritais e comissões locais de saúde; 7 - Encerramento. Em seguida, a presidente do
13 CMS/BH, passa para o primeiro ponto de pauta: Órtese e Prótese. A Presidente
14 compõe a mesa com os seguintes convidados: Dr^a Dagmar, representando a
15 Coordenação de Assistência Suplementar de Órtese e Prótese da Secretaria do Estado
16 da Saúde, Ana Letícia de Souza, promotora de justiça, da Promotoria de Defesa dos
17 Direitos dos Deficientes, Elizabete Sá, Presidente do Conselho Municipal dos
18 Portadores de Deficiência de Belo Horizonte, Márcio José Pereira, da Coordenadoria
19 de Apoio aos Deficientes da Prefeitura de Belo Horizonte, Dr^a Sandra Géa , diretora
20 geral do Pronto Socorro de Venda Nova, Cristina Coelho, da Secretaria Municipal de
21 Saúde de Belo Horizonte e Wanda, Assistente Social do PAM Campos Sales. Em
22 seguida, passa a palavra para Dr^a Dagmar, que fala que a novidade hoje é a Portaria
23 818/01, do Ministério da Saúde, que dá ao Estado a possibilidade de implantação de
24 uma política de atuação e de reabilitação, em Minas Gerais, estabelece a criação de
25 centros de atenção a portadores de deficiência em quatro níveis: intermunicipal,
26 secundário, referência e do hospital geral com leitos de reabilitação, ou hospital
27 especializado e comunica que esta portaria terá sua vigência em 01/09/2001. Coloca
28 também, que o Estado fez um projeto para apresentar ao Ministério da Saúde, que
29 tem como o objetivo buscar o financiamento para instalação de vinte centros de
30 reabilitação no estado de Minas Gerais. Disse que o Secretário de Estado da Saúde,
31 solicitou ao Ministério, um prazo maior para concretizar os centros de atenção e de
32 reabilitação, disse também que é preciso que o Ministério aumente os recursos
33 financeiros para atender a demanda dos deficientes. Em seguida, a presidente do
34 CMS/BH, Anadil, passa a palavra para Elizabete Sá, Presidente do Conselho
35 Municipal de Portadores de Deficiência de Belo Horizonte. Ela disse que a partir do
36 dia 25/07/2001, onde apareceu a denúncia que a SMSA, havia suspenso a entrega
37 de Órtese e Prótese aos usuários de Belo Horizonte. A partir daí, o Conselho fez
38 diversas intervenções aos órgãos públicos, chegando até o CMS, para resolver o
39 problema. Nestas intervenções, ficou sabendo das portarias do Ministério da Saúde,
40 para regulamentação da questão de Órtese e Prótese, colocando que as mesmas têm
41 falhas quanto ao controle da qualidade dos equipamentos oferecidos aos usuários.
42 Criticou a desarticulação do setor público na área da saúde, nas esferas municipal,

43 estadual e nacional e na desarticulação dos conselhos municipais, no que se refere a
44 intersetorialidade das políticas sociais. Também criticou a falta de respeito do poder
45 público, para com os conselhos municipais de Belo Horizonte. Em seguida, a
46 presidente do CMS/BH, Anadil, passa a palavra para Ana Letícia Martins de Souza,
47 promotora de justiça, da Promotoria de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de
48 Deficiência e dos Idosos. Ela coloca, que há um mês atrás, foi procurada uma
49 comissão de técnicos e usuários ligados a Órtese e Prótese, preocupados com as
50 portarias publicadas que afetariam os usuários que necessitam das Órteses e Próteses,
51 sobre a suspensão do atendimento, disse que a Constituição é a lei maior e que as
52 portarias tem que obedecer a lei magna no que se refere a saúde, que é um direito de
53 todos e um dever do Estado, por isso ele não pode simplesmente suspender um
54 atendimento aos usuários em função de portarias, mesmo que seja para uma possível
55 regulação e disse que isto é uma preocupação do Ministério Público, pois está ferindo
56 a lei magna. Logo após a fala da promotora, a presidente do CMS/BH, Anadil leu a
57 carta do conselho distrital de saúde Nordeste, indicando as novas conselheiras
58 municipais de saúde, representando a regional Nordeste que são: Aliete da Conceição
59 Rangel – efetiva e Geralda Deodata Santos- suplente. Em seguida, a presidente do
60 CMS/BH, Anadil, passa a palavra para Sandra Géa, diretora geral do Hospital de
61 Pronto Socorro de Venda Nova da FHEMIG. Ela disse que o hospital, atende com
62 25% de sua capacidade e que sua missão é a mesma do hospital João XXIII. Hoje o
63 hospital está atendendo de 230 a 250 casos por mês e que os de maior atendimento
64 são os traumas. O hospital tem CTI e bloco cirúrgico, conta também com clínica
65 médica, pediatria, ortopedia e cirurgia. São 353 funcionários, sendo que 90% são
66 contratos administrativos e outros 10% são efetivos e terceirizados. Disse que o
67 hospital esta servindo bem a venda Nova e as cidades vizinhas de Belo Horizonte. Em
68 seguida, a presidente do CMS/BH, Anadil passa a palavra para Cristina Coelho, da
69 Secretaria Municipal de Saúde. Ela iniciou falando dos serviços de atendimento à
70 Órtese e Prótese em Belo Horizonte; policlínica Antônio Cândido, PAMS, Sagrada
71 Família, Campos Sales e Saudade. Os recursos para Órtese e Prótese eram de R\$ 99
72 mil reais/ano, que a demanda é grande e os recursos são poucos para atender aos
73 usuários, disse que as Prótese auditiva, conforme Portaria SAS/MS-432 de
74 14/11/2000, com competência para abril/2001. Estabelece que o Centro de concessão
75 de prótese auditivas, deve ter serviço próprio de diagnose/ terapia em
76 otorrinolaringologia, devendo ser especificado em audiologia clínica. A proposta da
77 SMSA é credenciar o hospital das Clínicas da UFMG, como Centro de Concessão de
78 próteses auditivas, com autorização feitas pela SMSA, as Próteses e Órteses
79 ortopédicas, conforme a Portaria SAS/MS 185 de 05/06/2001, com competência para
80 setembro de 2001, estabelece níveis de atenção para serviços de reabilitação
81 hierarquizado e regionalizado, especificando os equipamentos, recursos humanos e
82 serviços a serem prestados por cada nível, e aponta para a municipalização dos
83 serviços, regulamentando as concessões de Órtese e próteses ortopédicas. A portaria
84 SAS/MS-818 de 05/06/2001, com competência para setembro de 2001, cria

85 mecanismos para organização e implantação de redes estaduais de assistência ao
86 portador de deficiência física, estabelecendo funções de cada nível, integrando:
87 serviços de reabilitação física (nível primário), integrado ao PSF – referência
88 intermunicipal, serviços de reabilitação intermediário de média complexidade –
89 referência intermunicipal, serviços de referência em medicina física e reabilitação –
90 referência estadual ou regional. Leitos para reabilitação em hospital geral ou
91 especializado. Proposta da SMSA – criação de um núcleo de reabilitação em Belo
92 Horizonte – referência para a região metropolitana, com equipe multidisciplinar, para
93 indicação e concessão de Órteses e Próteses ortopédicas, reabilitação de pacientes,
94 além de servir como centro de treinamento para equipes de saúde (PSF, nível
95 primário e intermediário em reabilitação). Em seguida, o secretário geral do CMS,
96 Robson Itamar, passa a palavra para Wanda, assistente social do PAM Campos Sales,
97 falando inicialmente, que no PAM Campos Sales, existem 2.200 pacientes
98 cadastrados em Órtese e Prótese, manifestando sua preocupação com as portarias, e
99 que até a suas complementações, pode suspender o atendimento de Órtese e prótese.
100 Disse que a comissão de usuários do PAM Campos Sales, vem discutindo estas
101 portarias, sem maior conhecimento de suas aplicações., e que estão cadastrados 200
102 pacientes, sem nenhum atendimento em Órtese e prótese, na fila de espera,
103 perguntando em quanto tempo B.H vai se organizar em função das portarias
104 apresentadas pela SMSA e que o assunto seja discutido com a comissão de usuários
105 de Órtese e prótese do PAM Campos Sales, e com os técnicos dos serviços. Logo
106 após, o secretário geral do CMS, passa a palavra para Márcio José Ferreira,
107 Coordenador de Apoio a Deficientes da PBH. Ele falou que a função da
108 Coordenadoria é acompanhar e participar de forma intersetorial de todos os serviços
109 de apoio aos portadores de necessidades especiais , principalmente, nos conselhos.
110 Disse que a técnica da SMSA, explicou bem as portarias, e que muitas de suas
111 dúvidas foram sanadas e que na certa, vai contemplar aos usuários de Órtese e
112 prótese, Disse que a municipalização do atendimento é o caminho para solução dos
113 problemas enfrentados pelos usuários de Órtese e prótese. O vereador Leonardo
114 Matos, fez um histórico da luta do movimento dos deficientes, para que o SUS
115 assumisse a atuação, aos portadores de necessidades especiais, desde o 1.991, e a sua
116 preocupação com as portarias do Ministério da Saúde. Em seguida, a presidente do
117 CMS, Anadil, passa a palavra para os componentes do plenário. O conselheiro de
118 saúde, Evaristo Garcia, manifestou-se sobre o assunto, dizendo que as políticas
119 sociais, ficaram congeladas devido ao consenso de Washington e a política do
120 governo federal. A funcionária do PAM Campos Sales, Cláudia Noger, pergunta se o
121 atendimento aos usuários de Órtese e prótese, vai ser suspenso de fato, pois o PAM,
122 já tem uma carta do Secretário de Estado da Saúde, comunicando a suspensão da
123 fabricação de Órtese e prótese. Terezinha, do Movimento dos Portadores de
124 Necessidades Especiais, manifestou seu agradecimento ao CMS, por ter colocado em
125 pauta o assunto e sua tristeza por não ter conseguido trazer mais pessoas portadoras
126 de deficiência para esta reunião. O conselheiro Eni Carajá, disse que é importante,

127 construir formas permanentes de discussão deste assunto no SUS, e que este debate
128 seja também discutido no Conselho Estadual de Saúde, e apresentou uma proposta
129 por escrito sobre o tema. O conselheiro, Roberto dos Santos, propõe criar uma
130 comissão do Conselho Municipal de Saúde, para acompanhar a implementação da
131 proposta da SMSA sobre o tema, e pergunta a diretora do hospital Pronto Socorro de
132 Venda Nova, sobre a aplicação do REFORSUS no hospital. O conselheiro Geraldo
133 Eustáquio, questiona a representante da SMSA, sobre a proposta de centralização do
134 atendimento aos usuários de Órtese e prótese no PAM Sagrada Família, e pede para
135 que o CMS e os usuários do Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência,
136 participem da discussão desta proposta. A assistente social Wanda, pede
137 esclarecimentos a Cristina da SMSA, sobre o retorno do atendimento dos usuários. A
138 Presidente do Conselho Municipal de Portadores de Deficiência, critica e solicita que
139 o CMS, faça reuniões com os portadores de deficiência em lugares de fácil acesso, O
140 conselheiro, Roberto Francisco, pergunta qual o critério, que o Hospital de Pronto
141 Socorro de Venda Nova, usa para Urgência/Emergência em seus atendimentos. A
142 Cristina Coelho, representante da SMSA, disse que a proposta da Secretaria é o
143 atendimento integral, e junto a Secretaria do Estado da Saúde, estão retornando o
144 atendimento aos usuários de Órtese e prótese, suspenso em função da adequação das
145 portarias. Disse que a SMSA, criou uma comissão, para discutir as Órteses e próteses,
146 e nesta comissão os usuários e técnicos estarão sendo ouvidos, na regulação do
147 atendimento aos usuários, e também no local que será centralizada a distribuição das
148 Órteses e próteses, conforme determina as portarias do Ministério da Saúde. A
149 diretora do hospital Pronto Socorro de Venda Nova, disse que o critério usado para
150 definir Urgência/Emergência é o mesmo do Pronto Socorro João XXIII. Sobre o
151 REFORSUS, disse que os recursos estão sendo aplicados na conclusão das obras e
152 compra de equipamentos, em processo de licitação. Elizabete Sá, agradece e sugere
153 que os Conselhos de Saúde e de portadores de deficiência se reúnam mais. Em
154 seguida, a Presidente do CMS, Anadil, lê as propostas apresentadas pelos
155 conselheiros: 1- negociar com o Ministério da Saúde o prolongamento do prazo de
156 implementação do programa de Órtese e Prótese e não deixar faltar os recursos para
157 sua implantação. 2- Adaptação do auditório da SMSA, para facilitar o acesso dos
158 deficientes, ou que se mude o auditório para outro andar do prédio. 3- Proposta do
159 conselheiro Eni Carajá: a) que a comissão para discussão da política municipal para
160 pessoa com deficiência no SUS/BH, seja composta pelo CMS, num prazo de 15 dias,
161 à contar desta plenária, para apresentar propostas a serem integradas no plano diretor
162 de regionalização ; b) divulgação do que foi estabelecido no Plano Municipal de
163 Saúde, sobre portadores de deficiência; c) Participação de todos na plenária do
164 Conselho Estadual de Saúde, dia 13/08/2001, às 14:30 horas, na Av. Afonso Pena,
165 2.300; d) que a coodenadoria, o CMPPO e o CMS, juntos com a SMSA,
166 organizadores de construção da política de habilitação e reabilitação; e) Exigência de
167 participação concreta das esferas nacional e estadual no investimento de recursos nas
168 políticas para pessoas com deficiência, via SUS/BH; f) Avaliação das áreas

169 disponíveis e acessíveis, através da comissão. 4- que o PAM sagrada Família, não é
170 adequado para atender os deficientes. 5- Fazer reuniões do CMS, em lugares
171 acessíveis aos portadores de necessidades especiais . 6- Que o estado de Minas gerais,
172 tenha maior participação financeira, nos repasses dos municípios em todas as áreas da
173 saúde, que o acompanhamento seja feito pelo Conselho Estadual de Saúde. 7- Não
174 suspensão dos recursos durante a regionalização das Órteses e próteses. 8-Construir
175 junto aos conselhos, uma proposta do centro de reabilitação, em lugar acessível a
176 todos os portadores. 9- Formar uma comissão para acompanhar e colaborar na
177 construção do projeto de Órtese e prótese. O secretário geral do CMS, Robson Itamar,
178 pede que as propostas técnicas apresentadas pela SMSA, sejam remetidas à Câmara
179 Técnica de Controle Avaliação, para análise e apreciação. A representante da SMSA,
180 Cristina Coelho pede para que a proposta 4, seja modificada, ficando assim para que
181 o CMS e a SMSA, possam analisar as áreas possíveis de construção do centro de
182 atendimento aos portadores de Órtese e Prótese. As propostas acima apresentadas,
183 foram aprovadas pelo plenário com modificações na proposta 4. Em seguida, a
184 presidente do CMS, Anadil, comunica que à partir desta reunião, o consultor técnico
185 da SMSA, José Maria Borges, é o representante do gestor municipal, como 1º
186 Secretário do CMS. Logo após, passa para o ponto de pauta, informes sobre a Santa
187 Casa de Misericórdia de Belo Horizonte,. O 1º Secretário, José Maria Borges, disse
188 que a Santa Casa tem disponibilizado para o SUS, 800 leitos, coloca que 50% dos
189 leitos são para pacientes de Belo Horizonte e outros 50% dos leitos, são para
190 pacientes de outros municípios do estado de Minas Gerais, e que a capital tem pago
191 todos os atendimentos realizados na Santa Casa e que este assunto a SMSA tem
192 discutido frequentemente com o governo do estado através da Secretaria do Estado da
193 Saúde. Disse que a Santa Casa de Misericórdia passou por dificuldades financeiras e
194 a SES e SMSA tem feito esforços para ajudar a resolver a situação do hospital que
195 suspendeu por um tempo o atendimento ao SUS. Disse que a Santa Casa
196 possivelmente estará voltando a atender com 80% de sua capacidade, o que a SMSA
197 está negociando com a Santa Casa, que todos os leitos, exceto urgência e emergência,
198 deverão passar pela Central de Internação e todas as consultas pela Central de
199 Marcação de Consultas da SMSA, disse que isto irá favorecer a um maior controle
200 pela SMSA e facilitar o atendimento ao usuário do SUS e que a SMSA está
201 negociando com os outros municípios através da SES e que os municípios que
202 internam pacientes em hospitais de Belo Horizonte, incluindo a Santa Casa paguem
203 as contas hospitalares de pacientes oriundos de seus municípios através da pactuação.
204 O secretário geral do CMS/BH, Robson Itamar, informou que o CMS/BH sugeriu a
205 criação de uma comissão entre a SMSA, Santa Casa e o Conselho para discutir a crise
206 da entidade. O 1º secretário do CMS/BH, José Maria Borges, informou que a SMSA
207 ainda não criou esta comissão. A presidente do CMS/BH, Anadil, passou para o
208 próximo ponto de pauta que é assuntos gerais. A conselheira Maria da Glória
209 informou sobre a situação atual do Centro de Saúde Lagoa, sobre a saída da gerente
210 da unidade, discutida no Conselho Distrital de Saúde de Venda Nova. A conselheira

211 Cléa informou sobre a greve dos funcionários da UFMG e do Hospital das Clínicas.
212 O conselheiro estadual Paulo Carvalho informou sobre a II Plenária de Conselheiros
213 da região Sudeste em Guarapari/ES, nos dias 05/10 e 06/10/01 e disse que o CMS/BH
214 terá quatro delegados por conselho, sendo 02 conselheiros observadores por
215 conselhos distritais da cidade do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O conselheiro
216 Geraldo Eustáquio informa que nos dias 28/09, 29/09 e 30/09/01, na Assembléia
217 Legislativa acontecerá o Seminário Minas por um outro mundo, promovido pelo
218 Comitê Mineiro de Fórum Social Mundial. O funcionário da Secretaria Executiva,
219 José Osvaldo informou sobre a sua participação no IV Encontro de Secretários
220 Executivos, nos dias 24/07 e 25/07/01, na cidade de Brasília, dizendo que fora
221 solicitado aos conselhos a discussão da NOAS/01/01 e a modificação na Resolução
222 33 do CNS. A conselheira Cleide informou sobre a greve dos trabalhadores da saúde
223 e pede para que o CMS/BH ajude na negociação, pois o Prefeito não quer abrir as
224 conversações. O técnico Marco Antônio, informa que a coordenação de saúde mental
225 está propondo a realização com os profissionais de saúde mental de um seminário
226 para avaliar o processo de desospitalização psiquiátrica e a política de saúde mental
227 em BH, na primeira quinzena de setembro em preparação para a Conferência
228 Municipal de Saúde Mental da SMSA. A conselheira Efigênia agradece a presença da
229 presidente do CMS/BH na reunião do Conselho Distrital de Saúde Barreiro, ocorrido
230 no dia 05/08/01. A presidente do CMS/BH, Anadil faz a leitura dos nomes que
231 estarão fazendo parte da comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde
232 Mental: Anadil Benedita, Maria da Glória, Lúcia Maria, José Geraldo da Cruz,
233 Rogério Sena, Roges Carvalho, Fátima Regina, Joana Paranhos, Jorge Lúcio, Geralda
234 Deodato, Cléa da Mata, Terezinha, Josefa Maria, Rosa Marques Pena, Maria das
235 Graças Pereira, Maria Inês Costa Barbosa e Fórum Mineiro de Saúde Mental. Os
236 conselheiros que estiveram presentes são: Anadil Benedita, Anésio Marcelino,
237 Antônio Amâncio, Antônio Chagas, Cleide Donária, Eduardo Barud, Efigênia Maria,
238 Fátima Regina, Geraldo Cury, Geraldo Eustáquio, Irma Pires, Jorge Lúcio, Ivan
239 Braga, José Geraldo, José Maria Borges, Lúcia Maria, Maria Cecília, Maria da
240 Glória, Jô Moraes, José Carlos Silva, Eni Carajá, Geraldo Kerche, Nadir Ribeiro,
241 Marta Auxiliadora Reis, aparecida Rossi, Lauro Mendes, Josefa Maria, Maria do
242 Carmo, Roberto dos Santos, Robson Itamar, Roberto Francisco, Rogério Sena, Roges
243 Carvalho, Romélia Lima, Silvio Amorim, Aliete Rangel, Maria Helena Soares, Cléa
244 da Mata, Joana Paranhos, Edirany Soares, Maria do Rosário, Dalva Imaculada,
245 Geralda Deodato. Justificaram: Evilázio Teubner e Jacó Lampert. Às 18:40 horas,
246 nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata
247 que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e pelo secretário geral do
248 Conselho Municipal de Saúde. Belo Horizonte, 09 de agosto de 2001.
249 JOM/lpm